

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO PÓS-REAL

Lauro Ramos

Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

1 INTRODUÇÃO

O fato de que a distribuição de renda no Brasil é caracterizada por um dos mais elevados graus de iniquidade no mundo inteiro já foi amplamente registrado e discutido [ver, por exemplo, Barros, Henrique e Mendonça (2000), entre vários outros estudos], assim como as conseqüências perversas dessa desigualdade em termos de uma significativa incidência de pobreza, realçados pelo fato de a renda *per capita* do país não ser suficientemente elevada.

A novidade alvissareira é que, conforme destacado por Soares (2006), o início da década atual apresentou uma redução continuada – ainda que relativamente tímida e certamente aquém do ideal – dessa desigualdade, de forma que o patamar observado em 2004 é o mais baixo da história das Pesquisas por Amostras de Domicílios (Pnads), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como os rendimentos do trabalho constituem a principal, e muitas vezes a única, fonte de renda dos indivíduos e famílias, esta Nota tem por objetivo avaliar a evolução da desigualdade de rendimentos e da estrutura salarial com base nas Pnads entre 1995 e 2004. A escolha desses anos se justifica pelo fato de 1995 ser o primeiro ano para o qual a Pnad foi levada a campo após o Plano Real e 2004 ser o último para o qual há informações disponíveis da Pnad.

Desnecessário frisar, um melhor entendimento dos principais determinantes da desigualdade, que passa pelo conhecimento da estrutura salarial, é importante para permitir a eleição de quais políticas públicas devem ser priorizadas para a sua redução, quando menos na medida em que torna possível identificar se as principais causas dessa desigualdade residem no próprio desempenho do mercado de trabalho ou são fruto de desigualdades sociais que transcendem seu funcionamento.

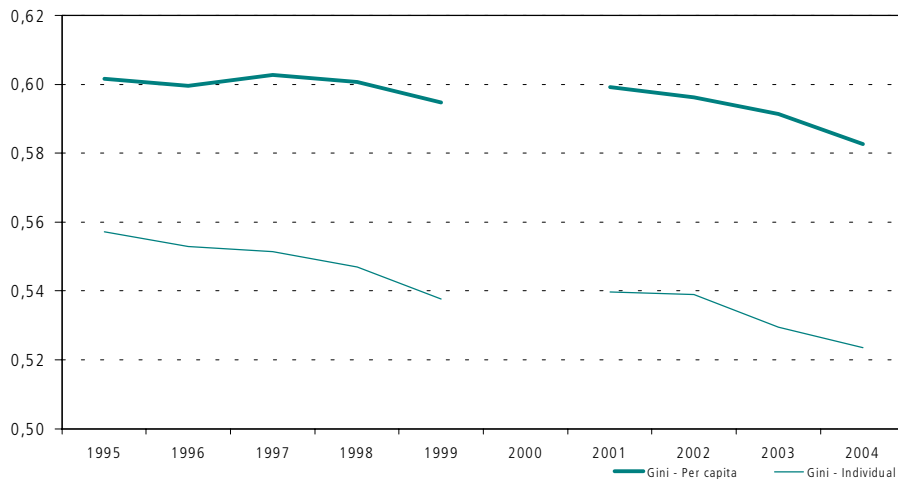
O universo analisado consiste de homens e mulheres entre 18 e 65 anos, que residem em áreas urbanas e trabalham pelo menos 20 horas por semana, com renda do trabalho positiva. Além disso, foram excluídos da amostra os indivíduos que não possuem informações a respeito das características investigadas. No Apêndice, ao final, é fornecido o tamanho da amostra após a aplicação de cada filtro (*sample screening*).

2 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO PERÍODO PÓS-REAL

No gráfico a seguir são apresentados os valores calculados para o coeficiente de Gini, que é a medida de desigualdade de uso mais difundido, no período em questão, tanto para a distribuição dos rendimentos entre os indivíduos quanto para distribuição familiar *per capita* dos rendimentos do trabalho.

No período imediatamente posterior à implementação do Plano Real observamos progressos distributivos não-desprezíveis na distribuição de rendimentos individuais, passando de 0,557 em 1995 para 0,538 em 1999. Esse coeficiente fica estável entre 1999 e 2001, quando passa a apresentar nova queda apreciável, de 0,540 em 2001 para 0,523 em 2004.

GRÁFICO 1
DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO – COEFICIENTE DE GINI

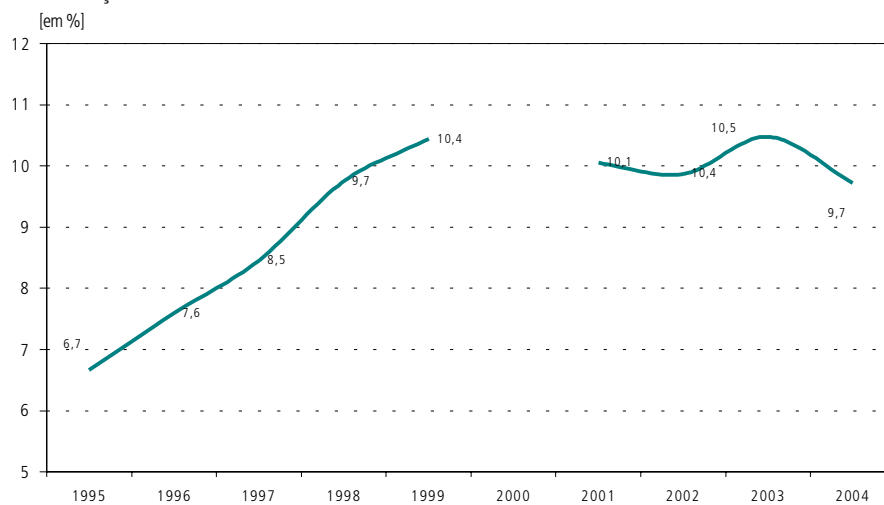


Fonte: Pnad, elaboração própria.

A diferença que desperta a atenção entre os dois períodos é que a queda no coeficiente de Gini da distribuição individual não foi repassada à distribuição familiar *per capita* dos rendimentos do trabalho no primeiro deles. De fato, o coeficiente de Gini desta fica praticamente estável em torno do patamar de 0,600 entre 1995 e 1999. Já no período mais recente os progressos na distribuição individual foram propagados para distribuição familiar *per capita*, cujo índice de Gini baixou de 0,599 para 0,583 entre 2001 e 2004.

A razão de ser desse comportamento diferenciado é de natureza complexa, dependendo de fatores que podem englobar desde mudanças na estrutura familiar até questões associadas ao ambiente econômico. Um aspecto que deve ser lembrado é que entre 1995 e 1999 a taxa de desemprego cresceu de forma palpável e continuada, tendo se estabilizado no patamar em torno de 10% entre 2001 e 2004, conforme mostrado no Gráfico 2. Essa constatação é sugestiva de que o aumento do desemprego no final da década passada se deu de modo heterogêneo e comprometeu de forma marcante o poder aquisitivo das famílias mais atingidas, de forma a anular os progressos distributivos observados nos rendimentos individuais. Nos

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO



Fonte: Pnad, elaboração própria.

anos mais recentes, contudo, esses progressos foram transmitidos à distribuição familiar *per capita* e, como o trabalho é a principal fonte de renda captada nas Pnads, se refletiram na distribuição de renda como um todo que, conforme frisado na introdução, atingiu o menor nível de desigualdade desde que a Pnad começou a ser coletada.

3 DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO

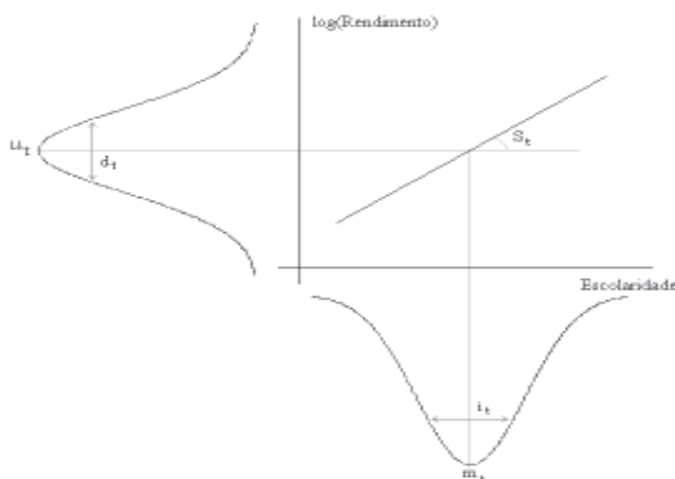
Em trabalhos anteriores, como Ramos e Vieira (2001), fica patente que a eliminação de distorções de remuneração associadas a práticas discriminatórias e, principalmente, melhoras associadas à heterogeneidade dos trabalhadores no que tange à escolaridade/qualificação destacam-se entre os fatores potencialmente responsáveis por alterações para melhor na distribuição individual de rendimentos.

O objetivo desta seção é investigar um pouco mais de perto o papel da educação nesse processo nos tempos recentes.¹ Antes, contudo, é interessante fazer uma breve descrição da interação entre a distribuição de educação e o funcionamento do mercado de trabalho, e suas implicações em termos da desigualdade de rendimentos. Uma visão estilizada desses fatores é ilustrada no Gráfico 3 a seguir:

Por um lado, quanto maior a escolaridade média (m^t), maior o rendimento médio (μ^t). Por outro, quanto maior a desigualdade da distribuição de educação (i^t) e quanto mais inclinado o perfil de rendimentos associados à escolaridade (s^t), resultante da interação entre a distribuição de educação e o *modus operandi* do mercado, maior será a desigualdade de rendimentos (d^t). Posto de outra forma, dada uma desigualdade preexistente, o funcionamento do mercado de trabalho a traduzirá em uma desigualdade de rendimentos de forma mais ou menos intensa conforme a inclinação do perfil de rendimentos seja maior ou menor.

GRÁFICO 3

UMA VISÃO ESTILIZADA DA INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO



1. Os autores estimam que cerca de 1/3 da desigualdade de rendimentos está associado à distribuição de educação.

A média² e a desigualdade educacionais, assim como a inclinação do perfil de rendimentos, podem ser calculados segundo a maneira sugerida por Barros e Reis (1991), qual seja:³

$$m^t = \sum_i \alpha_i^* \beta_i^t$$

$$i^t = \left(\frac{1}{m^t} \right) \cdot \sum_i \alpha_i^* \beta_i^t \ln(\alpha_i^*) - \ln(m^t)$$

$$s^t = \left(\frac{1}{\sum_i \alpha_i^t \beta_i^{04}} \right) \cdot \sum_i \alpha_i^t \beta_i^{04} \log(\alpha_i^t) - \log\left(\sum_i \alpha_i^t \beta_i^{04}\right)$$

onde β_i^t é a fração da força de trabalho ocupada que está no grupo com escolaridade i no período t e α_i^t é a renda média relativa do grupo i no período t (isto é, a razão entre o rendimento médio dos trabalhadores desse grupo e o rendimento médio de toda a força de trabalho ocupada).⁴

Assim, a média de escolaridade é dada por uma média ponderada da distribuição de um determinado grupo segundo os diferentes níveis de escolaridade (β_i), sendo os pesos proporcionais à valorização dada pelo mercado em um instante do tempo (no caso o ano de 2004) em termos de remuneração média de cada grupo educacional (α_i^*), padronizados de tal forma que o peso do grupo com instrução superior completa fosse igual a 1.⁵ Já a desigualdade da distribuição de educação e a inclinação do perfil de rendimentos correspondem às desigualdades entre grupos educacionais caso as rendas relativas ou as frações populacionais de cada grupo, respectivamente, permanecessem inalteradas e iguais às do ano de referência (2004).

A partir das informações sobre os grupos de escolaridade do Apêndice é possível o cálculo desses índices sintéticos, cujos resultados são mostrados na tabela a seguir.

A evolução ascendente da média – mais flagrante no segundo intervalo – e descendente da desigualdade educacional – mais intensa no primeiro – entre os trabalhadores ocupados, mesmo que em parte devida a uma seletividade maior da própria demanda por trabalho, revela a existência de condições favoráveis para a redução da desigualdade de rendimentos e a elevação de sua média. O aspecto mais importante, todavia, está associado ao perfil de remuneração dos atributos educacionais, que depois de permanecer estável no intervalo imediatamente posterior ao Plano Real, experimentou uma vigorosa elevação na virada do século, entrando em declínio acentuado a partir de 2001.

2. Em que pese a média de anos de estudo seja uma candidata natural e largamente empregada, não necessariamente ela é a mais indicada para ser empregada no contexto deste estudo. Isso porque a média atribui pesos iguais a todos os anos/níveis de educação. Ora, quando a preocupação maior é a desigualdade de salários, parece mais interessante ponderar os incrementos de escolaridade de acordo com o seu conteúdo educacional, que pode perfeitamente diferir ao longo do espectro educacional. A idéia por detrás do indicador sintético proposto por Barros e Reis (1991) é utilizar como *proxy* para o conteúdo educacional dos diferentes níveis os próprios rendimentos médios relativos.

3. Esses indicadores estão diretamente baseados na definição do índice T de Theil, outra medida de desigualdade largamente utilizada na literatura. É importante frisar que o T de Theil fornece as mesmas indicações que o Gini para o intervalo de tempo aqui analisado.

4. Os grupos de escolaridade considerados e as respectivas estatísticas encontram-se no Apêndice.

5. Neste trabalho o ano escolhido como referência foi 2004, e os pesos daí resultantes foram 0,149, 0,207, 0,237, 0,344 e 1.

ÍNDICES SINTÉTICOS PARA A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Índice	1995	1999	2001	2004
m^t	0,296	0,308	0,316	0,333
i^t	0,206	0,199	0,196	0,193
s^t	0,184	0,185	0,205	0,193

A combinação desses fatores ajuda a entender a queda na desigualdade de rendimentos e confirma a importância da escolaridade. Dentre eles vale ressaltar a reversão do perfil de rendimento na década atual. Sem dúvida, esse comportamento dos retornos da educação se deve em grande parte à natureza das mudanças na oferta e demanda por qualificação no âmbito do mercado de trabalho. O caráter não uniforme da sua evolução é indicativo, todavia, de que outros fatores, não apenas aqueles ligados a segmentação e práticas discriminatórias, mas também outros associados ao contexto econômico e de cunho institucional, podem ter desempenhado um papel importante. Uma das possibilidades mais mencionadas é a de que a política do salário mínimo pode ter afetado o processo de formação de salários e, portanto, interferido na desigualdade. É necessário, então, desenvolver estudos e investigações adicionais para elucidar a questão, lembrando sempre que a divulgação da Pnad de 2005, daqui a poucos meses, contribuirá muito para facilitar essa tarefa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- BARROS, R.; REIS, J. G. A. Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of the regional differences in inequality in metropolitan Brazil. *Journal of Development Economics*, n. 36, p. 117-143, 1991.
- RAMOS, L.; VIEIRA, L. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Ipea, 2001 (Texto para Discussão, 803).
- SOARES, S. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Ipea, 2006 (Texto para Discussão, 1.166).

APÊNDICE

TABELA A1
ESTATÍSTICAS ASSOCIADAS À VARIÁVEL EDUCAÇÃO

Variável	1995		1999		2001		2004	
	α	β	α	β	α	β	α	β
Escolaridade								
0 a 4	0,456	0,221	0,459	0,186	0,443	0,170	0,447	0,141
5 a 7	0,662	0,325	0,636	0,293	0,611	0,274	0,620	0,244
8 a 10	0,847	0,162	0,782	0,179	0,764	0,179	0,711	0,178
2º grau completo ^a	1,307	0,205	1,217	0,251	1,119	0,282	1,033	0,331
Superior completo	3,223	0,087	3,102	0,091	3,211	0,095	3,000	0,106

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Nota:

^a Referente aos indivíduos que concluíram o 2º grau inclusive os que estão cursando o nível superior e ainda não concluíram.TABELA A2
EVOLUÇÃO DA AMOSTRA^a

Variável	1995	1999	2001	2004
Homens e mulheres ocupados ^b em áreas urbanas	114.612	118.571	134.732	145.468
Mais (≥) de 18 anos	105.539	111.898	128.337	139.536
Menos (≤) de 65 anos	103.720	109.848	126.030	137.043
Renda positiva ^c	99.666	105.476	121.687	132.437
Mais (≥) de 20 horas ^d por semana	95.620	100.848	116.027	125.540
Escolaridade definida	95.050	99.977	115.035	124.665

Fonte: PNAD.

Notas:

^a Número de observações após a aplicação cumulativa dos filtros.^b A definição de ocupados é diferenciada da definição do IBGE sendo excluídos os trabalhadores para auto consumo ou produção e os não-remunerados que trabalharam menos de 15 horas semanais.^c Renda de todos os trabalhos. Na falta de informação de uma das rendas a soma total não é considerada.^d Total de hora trabalhadas no trabalho principal.

